

6 REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO/RS

Estudo Técnico Preliminar 11/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64667.000357/2025-01

2. Objeto da contratação

2.1. Este processo visa a aquisição de gêneros alimentícios nos termos do Termo de Referência, para o emprego militar do 6º Regimento de Cavalaria Blindado e demais organizações militares participantes.

2.2. O objeto desta licitação é considerado um bem comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, com especificações usuais do mercado, que justifica a adoção da modalidade Pregão Eletrônico.

2.3 A contratação justifica-se pela importância do cumprimento à ordem Constitucional imposta às Forças Armadas, qual seja a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da Lei e da Ordem (Art. 142, da Constituição Federal/88).

2.4 O 6º Regimento de Cavalaria Blindado, Organização Militar (OM) subordinada a 2ª Bda C Mec, no contexto do objeto em tela, é o responsável por desempenhar as funções logísticas de Suprimento. Desta forma, uma de sua atividade-fim é o planejamento/execução desta contratação para o proveito de todas as Organizações Militares orgânicas/subordinadas a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

2.5 Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade, são aqueles detalhados em documento próprio, constante do termo de referência e que podem ser resumidos no perfeito atendimento a descrição do item a ser licitado. Outrossim, opta-se pela realização de licitação na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica, visto que: Em função da natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandada pela Administração Pública;

2.6 Pretende-se adquirir os materiais selecionando a proposta mais vantajosa para a administração, observando-se o princípio da isonomia e a promoção da sustentabilidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento	Mauricio Meirelles Kaercher

4. Descrição da necessidade

4.1 Os itens que compõem o presente certame são de natureza não continuada e por ter caráter de Sistema de Registro de Preços (SRP), serão contratados com a emissão da nota de empenho, após o recebimento da referida nota pelo fornecedor, inicia-se o prazo para entrega, não podendo ultrapassar o total de 30 (trinta) dias. Caso o fornecedor não cumpra o referido prazo adotar-se-ão as sanções previstas em edital. Os requisitos técnicos de cada item estão devidamente discriminados no termo de referência do certame.

4.2 Poderão participar do certame as empresas cujo ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto, e que estejam com o credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da Instrução Normativa nº 03/2018. A contratada deverá atender os critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental prevista sem legislações.

4.3. A licitante interessada deverá:

4.3.1. Ser empresa do ramo de atividade que guarde pertinência e compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação;

4.3.2. Ter conhecimento de que seu credenciamento junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3.3. Realizar os cadastros necessários, conforme exigências especificadas no Edital, bem como, conferir seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente a correção, ou a alteração dos registros tão logo identifique a incorreção, bem como àqueles que se tornem desatualizados.

4.4 Para que a presente aquisição seja realizada, a empresa terá que apresentar um Atestado de Capacidade Técnica, conforme Lei nº 14.133/21, que comprove e ateste o fornecimento dos materiais, emitido em nome da pessoa jurídica, em papel timbrado e assinado pelo seu representante legal ou documento com assinatura digital, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa.

4.5. Justificativa para Especificações dos Itens: As descrições dos itens no Termo de Referência foram alinhadas ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Materiais (CATMAT) do Portal de Compras do Governo Federal, garantindo padronização, economicidade e sustentabilidade. Para os itens com variações mínimas em relação ao padrão CATMAT (ex.: composições detalhadas ou unidades adaptadas), justifica-se pela necessidade específica de uso militar, como durabilidade para armazenamento em campo e qualidade nutricional para emprego operacional, sem restringir a competitividade ou isonomia. Isso promove critérios ambientais, como embalagens recicláveis e logística reversa, conforme art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, evitando desperdício de recursos públicos.

4.6. Justificativa para Limites Quantitativos nas Requisições: Os limites mínimo (10%) e máximo (50%) por requisição foram fixados no Termo de Referência para promover eficiência, evitar estoques excessivos ou subutilização dos itens registrados, e garantir distribuição equânime entre as organizações participantes, em conformidade com os princípios de economicidade e planejamento (art. 18, III e IV, da Lei nº 14.133/2021). Essa medida é compatível com a natureza variável da demanda de gêneros alimentícios no âmbito militar e com boas práticas do SRP.

4.7. Impactos Ambientais e Sustentabilidade:

4.7.1 A contratação prioriza critérios de sustentabilidade socioambiental, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e art. 18 da Lei nº 14.133/2021:

4.7.2. Embalagens recicláveis ou retornáveis nos itens (ex.: latas, caixas Tetra Pak, sacos plásticos biodegradáveis quando possível).

4.7.3. Logística reversa para embalagens vazias e resíduos.

4.7.4. Preferência por fornecedores com produção local/regional para redução de emissões de CO no transporte.

4.7.5 Itens com certificações ambientais opcionais (ex.: orgânicos ou sem desmatamento para óleos). Esses critérios minimizam impactos ambientais (redução de resíduos sólidos, menor pegada de carbono) e promovem compras verdes, sem restringir competitividade.

4.8. O Termo de Referência foi ajustado para detalhar critérios de sustentabilidade (embalagens recicláveis, logística reversa, produção local), condições de execução (prazo de entrega, recebimento, fiscalização) e pagamento (prazo de 30 dias, forma), conforme art. 18, II, da Lei nº 14.133/2021 e orientações do tópico 13.3 do Parecer AGU n. 2223/2025. Isso garante planejamento adequado, equilíbrio contratual e promoção de compras sustentáveis.

4.9. Inclusão da exigência de Regularidade Ambiental (CTF/APP)

Em atendimento à impugnação protocolada pela empresa VGD Distribuidora LTDA, deferida integralmente pelo Pregoeiro, foi incluída no Termo de Referência (item 4.3) e no Edital a exigência de apresentação do Certificado de Regularidade (CR) válido do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), nos termos da Lei nº 6.938/1981, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 (Categoria 16 – todas as subcategorias 16-1 a 16-15) e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (p. 98-101).

Essa exigência aplica-se a todos os 142 itens do certame (principais e Cota MEPP – itens 144 a 153) como requisito de aceitação da proposta, sem caráter de habilitação do licitante. A inclusão atende ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021), ao Acórdão TCU nº 2360/2023 e ao Parecer AGU nº 26/2016, garantindo a regularidade ambiental dos fabricantes de gêneros alimentícios.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 As alternativas existentes no mercado suprem as necessidades do batalhão, pois nos últimos processos licitatórios realizados, houve quantidade de participantes suficientes, resultando no sucesso dos pregões e dos processos de aquisição junto às contratadas.

5.2 A OM participou de licitações na modalidade carona, com base em atas de registro de preços provenientes de outros órgãos, com intuito de adquirir gêneros alimentícios. No entanto, durante a execução dessas licitações, foi identificado que houve irregularidades nas atas para serviços de preços, que comprometeram a validade e a legalidade do processo. Dessa forma, para garantir a conformidade com a legislação vigente, a transparência e a obtenção de condições vantajosas para a OM, é imprescindível a abertura de uma nova licitação.

5.3 Diante do exposto, chega-se à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Em consequência da padronização existente no mercado de manutenção, a modalidade de licitação é o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica. Por apresentar vantagens como economicidade, transparência, celeridade, impessoalidade, eficiência, entre outros.

5.4. Tratamento Diferenciado a ME/EPP em Adesões: O edital e a minuta da Ata de Registro de Preços preveem limite de 25% para cota reservada a microempresas e empresas de pequeno porte em adesões por órgãos não participantes, conforme art. 60 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015, garantindo ampla participação e equilíbrio na utilização da Ata, sem prejuízo à economicidade e competitividade do processo.

5.5. Participação de Cooperativas: O edital permite expressamente a participação de cooperativas, conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, sem vedação, pois o objeto (aquisição de gêneros alimentícios) não requer subordinação jurídica, pessoalidade ou habitualidade entre cooperados e Administração. Essa medida promove isonomia, competitividade e inclusão econômica, sem prejuízo à qualidade ou economicidade do certame.

5.6. Justificativa para Vedação à Participação de Consórcios A participação de empresas em consórcio foi vedada no edital, com motivação expressa, pois o objeto (fornecimento de gêneros alimentícios – bens comuns) não demanda união de empresas para execução integrada, compartilhamento de riscos ou especialidades técnicas complementares. A vedação preserva a competitividade (ampla participação de fornecedores individuais, incluindo pequenos e locais), a celeridade do SRP e a eficiência na gestão, evitando complexidade desnecessária em contrato de bens simples. Essa restrição é excepcional e fundamentada no interesse público, conforme art. 33, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 (vedação deve ser motivada), e alinhada a orientações do TCU (vedação genérica inválida; deve haver justificativa técnica para bens de baixa complexidade). Não há prejuízo à isonomia ou à obtenção de proposta vantajosa.

5.7. A minuta da Ata de Registro de Preços inclui cláusula expressa (item 5.13) vinculando o fornecedor à proposta vencedora, ao edital e anexos, garantindo segurança jurídica nas aquisições futuras, nos termos do art. 95, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 (remissão ao art. 92).

5.8. O edital foi ajustado para prever comunicações exclusivamente por meios oficiais (PNCP, Sapiens, e-mail gov.br institucional), evitando e-mails não oficiais, conforme art. 12, VI, da Lei nº 14.133/2021 e orientação do Parecer AGU n. 2223/2025 (itens 9.5 e 15.3). Isso garante transparência, segurança e validade jurídica das notificações.

5.9. O edital foi ajustado para prever que todo o procedimento licitatório (habilitação, propostas, lances, sessão pública, comunicações) ocorra exclusivamente no Sistema de Pregão Eletrônico do Compras.gov.br/PNCP, sem atos manuais ou fora do sistema, conforme art. 12, VI, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.024/2019. Isso garante transparência, auditabilidade e igualdade entre licitantes, atendendo à orientação do Parecer AGU n. 2223/2025.

5.10. Atualização da Pesquisa de Preços A pesquisa de preços utilizada no orçamento estimado foi atualizada em 27/03/2026, uma vez que a pesquisa anterior já contava com mais de 12 (doze) meses. A nova pesquisa foi realizada no Painel de Preços do PNCP, em processos anteriores desta Administração e em processos similares de outras OM, com análise crítica dos valores obtidos, desconsiderando-se os inexequíveis e excessivamente elevados. Os novos valores foram incorporados ao Termo de Referência (versão 0.8), ao Orçamento Estimado e ao Estudo Técnico Preliminar. Essa atualização garante a atualidade, a economicidade e a regularidade da contratação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6. Levantamento de Mercado

6.1 As alternativas existentes no mercado suprem as necessidades do batalhão, pois nos últimos processos licitatórios realizados, houve quantidade de participantes suficientes, resultando no sucesso dos pregões e dos processos de aquisição junto às contratadas.

6.2 Foi realizado estudo das práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existia alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração. Nesse levantamento foram verificadas as seguintes opções:

a) contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas;

b) consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas. Nenhuma das opções acima atende às necessidades do objeto (aquisição de gêneros alimentícios). Portanto, a solução mais adequada é a contratação por meio de Pregão Eletrônico na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP).

6.3 Diante do exposto, as metodologias tradicionalmente empregadas em contratações anteriores de gêneros alimentícios são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. A modalidade Pregão Eletrônico, preferencialmente na forma eletrônica, apresenta as vantagens de economicidade, transparência, celeridade, impessoalidade e eficiência.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 O licitante realizará a entrega no período das 9h às 11h, ou 14h às 16h, mediante solicitação e coordenação do chefe do respectivo depósito, conforme necessidade desta Unidade Militar.

7.2 A Nota de Empenho da despesa será enviada pelo Chefe do Pelotão de Apoio ou Auxiliar de Depósito, através de e-mail, ou outro meio de comunicação, no prazo mínimo de 12 (doze) horas para o início do efetivo fornecimento, onde será indicada a data máxima para a sua entrega, não sendo a mesma superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da documentação acima qualificada, de forma a atender as necessidades do Órgão Militar.

7.3. Os produtos que apresentarem defeitos, ou quaisquer irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de cinco (cinco) dias, a partir da notificação da contratante, sem qualquer custo adicional a este Órgão Militar.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo de gênero solicitado vai ao encontro das necessidades de reposição e/ou complementação dos materiais necessários para o 6º RCB e as organizações militares participantes.

8.2 O quantitativo deve ser estimativo, não especificando previamente a quantidade exata de gêneros que serão adquiridos, pois dependerá da demanda dos setores.

8.3 As especificações detalhadas de cada item estão descritas conforme apêndice ao Termo de Referência.

8.4. Usualmente, a contratação se dá por meio de Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico, no sistema de Registros de Preços, que beneficiará as OMS participantes deste pregão eletrônico.

8.5. Atualização da Pesquisa de Preços: A pesquisa de preços utilizada no orçamento estimado foi atualizada em 27/03/2026, uma vez que a pesquisa anterior já contava com mais de 12 (doze) meses. A nova pesquisa foi realizada no Painel de Preços, em processos anteriores desta Administração e em processos similares de outras OM, com análise crítica dos valores obtidos, desconsiderando-se os inexequíveis e excessivamente elevados. Os novos valores foram incorporados ao Termo de Referência (versão 0.8) e ao Orçamento Estimado. Essa atualização garante a atualidade, a economicidade e a regularidade da contratação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.311.782,62

9.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 4.311.782,62.

9.2. A cláusula de reajuste de preços, incluindo data-base vinculada ao orçamento estimado (pesquisa de preços e Memória de Cálculo), foi incluída no edital (seção 10), garantindo contagem correta da anualidade e equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10. A OM participou de licitações na modalidade carona, com base em atas de registro de preços provenientes de outros órgãos, com intuito de adquirir gêneros alimentícios. No entanto, durante a execução dessas licitações, foi identificado que houve irregularidades nas atas para serviços de preços, que comprometeram a validade e a legalidade do processo. Dessa forma, para garantir a conformidade com a legislação vigente, a transparência e a obtenção de condições vantajosas para a OM, é imprescindível a abertura de uma nova licitação.

10.1. Aplica-se o parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, em vez que a futura contratação é dividida em 2 (dois) itens.

10.2. A divisão do objeto é técnica e economicamente viável, bem como, não represente perda de economia de escala, atendendo a Súmula 247 do TCU.

10.3. Foi adotado o método empírico para avaliação sobre a divisibilidade do objeto. Assim, pode-se observar pelas unidades de medida e quantidades solicitadas, que o objeto é divisível e pode ser fornecido parceladamente, pois são independentes quanto ao uso, ou seja, são parte de um todo.

10.4. Justificativa para não parcelamento da Contratação:

10.4.1. A contratação não foi parcelada por lote ou item isolado, pois o objeto (gêneros alimentícios via SRP) beneficia-se da integração em uma única Ata de Registro de Preços para:

10.4.2. Maior economia de escala e preços mais vantajosos.

10.4.3. Simplificação administrativa e logística para múltiplas OM participantes.

10.4.4. Facilitação de adesões carona e gestão unificada. O parcelamento seria ineficiente para bens comuns de demanda variável, conforme art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 (justificativa de não parcelamento no ETP).

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Esta OM possui contratações correlatas.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12. Não há processos licitatórios similares.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13. Atender as normas técnicas que ditam as diretrizes deste setor de aprovisionamento, as regras de Segurança Alimentar, dentre elas; o emprego de alimentos frescos e de qualidade, maximizando a variedade alimentar para um melhor aporte nutricional.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Deverá ser designada equipe composta de militares capacitados e interessados no objeto da contratação para realizar ligação com a empresa vencedora e a fiscalização dos contratos resultantes.

14.2. Para melhor consecução do interesse público, foram adotadas as seguintes providências prévias:

14.2.1 Consulta a licitações anteriores e atas vigentes no PNCP para lições aprendidas (ex.: problemas com prazos de entrega resolvidos com limites de requisição).

14.2.2. Capacitação da equipe de planejamento via cursos do Compras.gov.br sobre Nova Lei de Licitações e SRP.

14.2.3. Elaboração da Matriz de Riscos com repartição e monitoramento.

14.2.4. Alinhamento das especificações ao CATMAT para padronização. Essas ações mitigam riscos e garantem planejamento adequado, conforme IN SEGES/ME e recomendações da AGU.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não foi observado impacto ambiental relevante para presente requisição, porém, é obrigação do licitante seguir de formar pormenorizada o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 5ª ed. Brasília: AGU, julho 2022, disponível: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf e toda legislação correlata

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO PEREIRA DINECK

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 10:51:39.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** a presente contratação de serviço de agenciamento de viagens (reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e rodoviárias), após análise integral dos elementos previstos no art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A viabilidade decorre dos seguintes fundamentos:

- **Necessidade pública comprovada:** o 6º Regimento de Cavalaria Blindado e unidades participantes realizam anualmente transporte de militares para cursos, estágios, exames médicos/psicológicos (fase de admissão da QMS Aviação) e visitas técnicas, sendo impossível executar essas viagens internamente sem estrutura especializada.
- **Solução mais vantajosa:** a contratação via Sistema de Registro de Preços permite atender demanda variável e imprevisível com maior economicidade, agilidade e flexibilidade, evitando contratações diretas emergenciais ou atas isoladas.
- **Alinhamento com o planejamento:** o objeto está previsto no Plano Anual de Contratações, compatível com as leis orçamentárias e com o histórico de consumo dos exercícios anteriores.
- **Requisitos técnicos e sustentáveis atendidos:** as especificações seguem padrões usuais de mercado, com pesquisa de preços realizada, análise de contratações anteriores e inclusão de critérios de sustentabilidade (ex.: preferência por emissões reduzidas e logística eficiente).
- **Riscos mitigados:** a Matriz de Gerenciamento de Riscos foi elaborada e atualizada, com repartição adequada e ações preventivas/contingência definidas.
- **Atualização da pesquisa de preços:** a pesquisa anterior já contava com mais de 12 meses; foi elaborada **nova pesquisa em 27/03/2026**, cujos valores foram incorporados ao ETP, ao Termo de Referência (versão 0.8) e ao Orçamento Estimado, garantindo atualidade e economicidade.

Todos os elementos obrigatórios do Estudo Técnico Preliminar (descrição da necessidade, levantamento de mercado, estimativa de quantidades e valor, justificativa de não parcelamento, providências prévias e impactos ambientais) foram devidamente atendidos, garantindo a regularidade, a economicidade e o interesse público da contratação.

Portanto, a presente contratação é **viável**, técnica e economicamente vantajosa para a Administração Pública.